

# Políticas de Desenvolvimento, Estrutura Produtiva e Geração de Emprego no Nordeste

## RESUMO

---

Analisa as políticas de desenvolvimento do Nordeste desde a formação de sua atual estrutura produtiva e seus efeitos sobre a geração de emprego na região. Com base em levantamento da literatura sobre as políticas aplicadas na região, identifica três fases com características distintas, enquanto os seus resultados são analisados a partir de indicadores obtidos de diversas pesquisas, em sua maior parte realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados indicam que o setor industrial mantém sua importância como indutor do crescimento econômico e que, ao contrário do setor de serviços, possui estrutura bastante heterogênea entre os estados. Em particular, nos três maiores estados, as estruturas produtivas do Ceará e de Pernambuco são mais intensivas em trabalho que a da Bahia, sobretudo por seu polo petroquímico. Nessas circunstâncias, o desempenho do Ceará é ilustrativo tanto por sua aproximação, em termos econômicos e sociais, aos outros dois estados, na década de 1990, quanto pela manutenção dos ganhos no século atual.

## PALAVRAS-CHAVE

---

Nordeste. Políticas de Desenvolvimento. Estrutura. Emprego.

### Fernando de Aquino Fonseca Neto

- Banco Central do Brasil - Núcleo Regional de Pesquisa Econômica no Recife;
- Professor da Universidade Católica de Pernambuco e Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB).

## 1– INTRODUÇÃO

No presente artigo, relacionaremos as políticas de desenvolvimento no Nordeste com a estrutura produtiva formada e as suas implicações na geração de emprego, inclusive por meio de comparações de seus principais estados, Ceará, Pernambuco e Bahia. O objetivo final é contribuir para a formulação de estratégias que visem reduzir as disparidades regionais, em particular em termos de bem-estar, tendo por motivação a hipótese de que elevações de bem-estar dependem muito mais de geração de emprego que de valor agregado, observando-se as condições de competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos.

Assumindo-se que a elevação do bem-estar social é o objetivo final mais legítimo da política econômica e a pobreza absoluta, o principal indicador de insuficiência desse bem-estar, o desenvolvimento do Nordeste deveria ser a principal meta no Brasil, dado que esta região possui 28% da população, mas carrega 51% dos pobres do país, considerando as médias do período 1996/2007, conforme a base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata). Todavia, o desenvolvimento de uma região nem sempre é satisfatoriamente alcançado apenas com o crescimento de seu produto. Para regiões mais desenvolvidas, com desemprego e vazamentos de renda residuais – importações para absorção de tecnologia e/ou suprimento de produtos cujos recursos disponíveis internamente sejam inadequados para sua produção –, o crescimento tende a gerar efeitos mais expressivos sobre o bem-estar social. Tal circunstância tem levado muitos pesquisadores e órgãos envolvidos com políticas de desenvolvimento a desprezar outras metas e critérios, o que justifica o enfoque aqui proposto, direcionado para o emprego.

O Nordeste seria um caso ilustrativo em que apenas o crescimento não tem gerado elevações satisfatórias de bem-estar social. O baixo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* não seria o único problema da região. Talvez nem mesmo o principal. O reduzido encadeamento dos setores mantém elevados vazamentos de renda, limitados efeitos dos investimentos sobre o emprego e altos níveis de pobreza. O vazamento de renda na economia

nordestina, devido ao alto grau de especialização produtiva da região, manteve-se em torno de 14% do PIB no período 1975/2008, considerando-se a balança comercial de bens e serviços não-fatores, segundo estimativa do autor deste artigo.

Quanto ao desemprego, não seriam representativos dados de desemprego aberto, e nem mesmo de desemprego total, das regiões metropolitanas de Salvador e Recife. Além de abranger as demais cidades da região, os indicadores de desemprego precisam incluir indivíduos que, mesmo trabalhando, não logram garantir condições materiais mínimas de vida para a unidade familiar. (BHADURI, 2006). Nesse sentido, um indicador de domicílios pobres seria mais adequado. De acordo com dados do Ipeadata para o período 1996/2007, a proporção média de domicílios pobres alcança 46% no Nordeste, enquanto no Sudeste é de 16%. Assim, em torno da metade da população em idade ativa estaria desempregada ou mal empregada no Nordeste, e esse indicador é ainda mais desfavorável para período anterior – 58% em 1981/1995.

Esses dados mostram que grande parte do diagnóstico e recomendações do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) prevalece – combate à pobreza estrutural, redução da transferência de renda para as regiões mais desenvolvidas, utilização dos recursos disponíveis na região. O instrumento para a elevação do nível de bem-estar no Nordeste era, e continua a ser, a geração de emprego e este será o foco do presente trabalho.

Não obstante, ações do governo federal, nos últimos anos, como os programas assistenciais e de crédito dirigidos a tomadores de baixa renda, além das elevações do salário-mínimo, por seus efeitos diretos e indiretos sobre o contingente de excluídos, reduziram substancialmente a proporção de domicílios pobres, que, no Nordeste, chegou a 35% em 2007. Uma característica marcante de tais estratégias seria que elas envolvem parcelas relativamente pequenas dos orçamentos governamentais, comparadas aos investimentos públicos e incentivos fiscais e creditícios aos investimentos privados no apogeu do estado desenvolvimentista nos anos 1960 e 70, em função das severas restrições orçamentárias associadas ao

modelo de política macroeconômica adotado desde o início dos anos 90.

Vale ressaltar que o estado desenvolvimentista foi abandonado por opção política muito mais que inviabilizado por qualquer crise fiscal. Observe-se que a crise da dívida externa foi equacionada em 1994, com o Plano Brady, mas níveis estratosféricos de taxas de juros foram mantidos por mais quinze anos, sob alegação de serem indispensáveis para a estabilização de preços. Certamente que agências reguladoras e normas mais eficazes no combate às falhas de mercado, ao lado da aceitação de inflações residuais um pouco maiores e ritmo de queda da dívida pública mais suave teriam possibilitado a manutenção de políticas de desenvolvimento muito mais efetivas.

Em termos setoriais, a questão é: quais projetos devem ter prioridade em uma política de desenvolvimento regional, uma vez que os recursos para incentivos sempre terão limites? A maximização do ritmo de crescimento da região certamente seria um critério importante, mas não o único, caso o objetivo final seja maximizar o bem-estar regional. Para tanto, outro critério relevante seria a geração de empregos compatíveis com os recursos humanos disponíveis. Assim, se, por um lado, incentivar atividades de maior valor agregado gerará mais receitas tributárias para políticas inclusivas, por outro lado, impulsionar atividades intensivas em mão-de-obra poderá ter maior potencial de geração de bem-estar.

Ressalte-se, todavia, que as duas estratégias não seriam excludentes: a indireta, que consistiria em aumentar a receita tributária incentivando investimentos de maior valor agregado, viabilizando posteriores políticas inclusivas; e a direta, incentivando setores que absorveriam a mão-de-obra excedente. A escolha da combinação dessas duas estratégias – atividades de maior valor agregado e atividades mais intensivas em mão-de-obra – não é tarefa fácil. Desse modo, o trabalho não pretende fornecer respostas definitivas a respeito, mas tão-somente verificar a estrutura e evolução da economia da região, bem como de seus principais estados.

O trabalho está organizado, com esta introdução, em: uma análise das políticas de desenvolvimento

regional após a fase de intervenções restritas ao combate às secas, na próxima seção; a avaliação de indicadores da estrutura produtiva do Nordeste, relacionando-os com seus desempenhos em termos de crescimento e de bem-estar, na seção seguinte; e as conclusões mais relevantes da pesquisa, na última seção.

## **2 – POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA FASE ECONÔMICA**

### **1ª Fase: 1959 a 1974: GTDN/Desenvolvimentismo**

A aplicação de política sistemática de desenvolvimento no Nordeste teve início após a chamada “fase hidráulica”, quando as intervenções estatais na região visavam estritamente ao combate às secas, fase que se estendeu até meados do século passado. (CARDOSO, 2008). No fim da década de cinquenta, auge do desenvolvimentismo, associado ao Governo JK, foi constituído o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que recomendou uma política intervencionista para superar o atraso relativo da região, priorizando o combate à pobreza estrutural. Os seguintes aspectos foram realçados pelo GTDN: (i) necessidade de intervenção sistemática do governo federal para reverter as disparidades regionais; (ii) o atraso do Nordeste decorre de acentuada transferência de renda para regiões mais desenvolvidas, condicionada pelo favorecimento daquelas regiões nas políticas de industrialização nacional; (iii) a política de industrialização regional deve ser direcionada à utilização de matéria-prima e mão-de-obra local, seguindo as vantagens comparativas prevaletes. (BRASIL, 1959).

Dadas tais diretrizes, a estratégia geral, seguida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi incentivar diretamente os investimentos na indústria pesada e em infraestrutura, a fim de criar condições para o desenvolvimento de cadeias produtivas que utilizassem mais intensivamente a mão-de-obra e as matérias-primas locais, acelerando a geração de empregos e reduzindo os vazamentos de renda para o Centro-Sul. A expectativa seria de que os empresários respondessem às externalidades geradas,

com investimentos que absorvessem os recursos disponíveis na região, o que não chegou a ocorrer em níveis satisfatórios. Os principais estados, Bahia e Pernambuco, estruturaram suas indústrias com maior peso em setores intensivos em capital, enquanto o Ceará inicia a sua industrialização em setores mais intensivos em trabalho.

## **2ª Fase: 1975 a 1989: FINOR/Eficiência Microeconômica**

Com a criação do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), a política de desenvolvimento regional passa a ser mais orientada para o mercado, numa fase de ascensão da doutrina neoliberal. O combate à pobreza estrutural, por meio de uma estratégia de industrialização que venha a absorver mão-de-obra e matérias-primas locais cede lugar ao critério de modernização tecnológica que eleve a competitividade da economia regional, propiciando a conquista e manutenção de novos mercados. A dívida social, nessa perspectiva, seria resgatada por políticas compensatórias por parte do setor público. (BRASIL, 1986).

Nessa fase, como parte do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), teve início a implantação do Polo Industrial de Camaçari, na Bahia, com o objetivo de desenvolver os setores de bens de capital e insumos básicos. Ao longo do tempo, várias cadeias produtivas foram desenvolvidas a partir do núcleo instalado, mas os desdobramentos sobre o emprego no estado nunca foram expressivos, em relação aos estoques de pobreza estrutural da região.

No mesmo período, observa-se um processo de retração na indústria de transformação pernambucana, que cresceu média anual de 13,1% nos anos 70, passando a apresentar contração média anual de 1,2% nos anos 80. Em Lima; Sicsú e Padilha (2007), esse processo é atribuído a (i) dificuldades de competitividade da agroindústria álcool-açucareira, segmento industrial mais representativo do estado; (ii) diversificação de investimentos em outros estados, ao contrário dos empresários baianos e cearenses; (iii) maior atratividade de polos mais dinâmicos que se constituíram na região; (iv) exclusão da Região Metropolitana do Recife das áreas prioritárias para os

incentivos da Sudene, como forma de desconcentrá-los.

Para o Ceará, essa fase também foi de acentuado desenvolvimento industrial, viabilizado, sobretudo, pelos incentivos do Finor. Especificamente, o programa de reaparelhamento da indústria têxtil provocou um salto industrial significativo, transformando o Ceará num dos mais importantes centros da indústria de fiação e tecelagem da América Latina. (ABUL-EL-HAJ, 1999). Em geral, o padrão de desenvolvimento industrial cearense foi bem mais intensivo em trabalho que o baiano e o pernambucano, caracterizando-se pela predominância de pequenas e médias empresas, atuando em setores tradicionais, inseridas na nova divisão internacional do trabalho, que condicionou um gradual deslocamento da produção fabril para regiões periféricas.

## **3ª Fase: 1990 ao Presente: Capital Social/ Políticas Subnacionais/Estímulos de Demanda**

A consolidação da doutrina neoliberal propiciou o desenvolvimento de uma abordagem chamada de social-liberal, que admite algumas formas de atuação direta do Estado para a promoção do bem-estar social. Nesse contexto, Coleman (1990) propõe o conceito de capital social, no sentido de que existiria uma complementação entre o capital físico-econômico (insumos, infraestrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). Uma atuação recomendável do Estado seria articular essas modalidades de capital, sempre que necessário, de modo a promover o desenvolvimento das potencialidades locais. Esta estratégia, que geralmente envolve a formação de arranjos produtivos locais, retira o foco exclusivo no setor industrial para promover o desenvolvimento local por intermédio da mobilização dos recursos disponíveis, estabelecendo uma abordagem mais integrada e inclusiva. Tal estratégia passou a ser adotada por organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização das Nações Unidas (ONU), como meio de propor políticas de desenvolvimento sem confrontar os fundamentos da doutrina neoliberal. (FINE, 1999).

A presente fase corresponde à emergência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) como formulador da política de desenvolvimento regional, viabilizada pela aquisição de uma estável e expressiva fonte de recursos, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e pelo declínio da Sudene. Em tais circunstâncias, o BNB passou a desenvolver programas de incentivo a projetos de desenvolvimento local, “baseado nos princípios da ‘sustentabilidade’ e da ‘participação social.’” (CARDOSO, 2008, p. 238). A suficiência de tal modelo, para políticas de desenvolvimento regional, tem sido questionada por vários autores, dos quais Uderman (2008, p. 245), segundo a qual,

a noção de capital social, embora importante para o alargamento do conceito de desenvolvimento e a incorporação de objetivos de natureza social às políticas de fomento regional formuladas, parece insuficiente para alimentar a construção de um novo modelo de ação pública, capaz de definir intervenções concretas e eficazes.

Todavia, a política de desenvolvimento regional, a partir dos anos 1990, não se restringiu a tais programas de desenvolvimento local. O governo federal continuou a elaborar e implementar projetos de investimentos, sobretudo na área de infraestrutura de transportes, mas que, em realidade, pouco foi concretizado, sobretudo devido às escolhas de política econômica, em nível federal, desde então. A lacuna gerada por tais escolhas motivou vários estados a realizar políticas de desenvolvimento subnacionais, envolvendo “guerra fiscal”, mas também outras medidas importantes.

Como exposto em Rocha; Amaral Filho e Melo (2006), as “guerras fiscais” são um tema controverso, com muitos acusadores e defensores, mas, com efeito, os argumentos mais consistentes evidenciam o caráter pernicioso de tal prática – as renúncias fiscais tendem a se alastrar pelo país, comprometendo a capacidade de provimento de serviços e infraestrutura necessários à atração e manutenção de capital produtivo. No mesmo sentido, de acordo com Arbix (2002),

a assimetria de informações entre os setores público e privado, [...] o desperdício, a politização das decisões, a subserviência às grandes empresas, o despreparo

técnico e a ausência de prestação de contas dos governos inviabilizam esses possíveis efeitos positivos. (ROCHA; AMARAL FILHO; MELO, 2006, p. 140-141).

Mesmo assim, as políticas de desenvolvimento subnacionais podem ser justificadas com base em dois argumentos: (i) a insuficiência das políticas de desenvolvimento efetuadas pelo governo federal; (ii) essas políticas subnacionais irem muito além da “guerra fiscal”, envolvendo investimentos em infraestrutura, qualificação de mão-de-obra, incentivos focados no adensamento de cadeias produtivas do estado e no desenvolvimento de vantagens locais e dinâmicas. (ROCHA; AMARAL FILHO; MELO, 2006).

Ao lado de tais políticas, ganharam vulto, principalmente a partir do Governo Lula, efeitos indiretos de políticas diretas de bem-estar social, de forte repercussão sobre o desenvolvimento do Nordeste. O crescimento das transferências governamentais, tanto previdenciárias quanto assistenciais, assim como os aumentos reais de salário mínimo, vem tendo impacto maior no Nordeste e propicia ampliações de mercados e gera escalas produtivas favoráveis à produção dos bens demandados na própria região. Uma vez que grande parte desses bens é de consumo popular, tem processo produtivo predominantemente intensivo em trabalho, o que promove a absorção mais intensa de mão-de-obra, gerando um círculo virtuoso na região. Assim, as críticas às políticas diretas de bem-estar social do governo federal de que seriam populistas e que favoreceriam a manutenção do relativo atraso da região são questionáveis, embora se deva admitir que o governo poderia fazer muito mais pelo desenvolvimento do Nordeste.

### 3 – ESTRUTURA PRODUTIVA: EVOLUÇÃO RECENTE

A análise da estrutura produtiva da economia nordestina tem por base os indicadores apresentados nas tabelas do apêndice, referentes à região e aos seus três principais estados, Ceará, Pernambuco e Bahia, para suas principais atividades econômicas. Do setor agropecuário, consideraram-se as principais lavouras agrícolas e produtos de origem animal da região/

estado, em termos de valor da produção (VP) *per capita*, assim como as respectivas estimativas de PO, com base em dados extraídos da Produção Agrícola Municipal (PAM), da Produção da Pecuária Municipal (PPM), das Contas Regionais do Brasil (CRT), para dados de população, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Do setor industrial, consideraram-se as principais atividades da indústria extrativa mineral e de transformação, em termos de VTI *per capita*, além da construção civil, com dados extraídos da Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-E), Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) e CRT. Do setor de serviços, incluíram-se o comércio e as demais principais atividades, em termos dos Valores Adicionados (VA) *per capita*, estimados aplicando-se as mesmas proporções com a receita bruta da atividade para o Brasil, com base em dados da Pesquisa Anual de Comércio (PAC), Pesquisa Anual de Serviços (PAS) e CRT. Todas as pesquisas são realizadas pelo IBGE.

O setor agropecuário tem indicadores de suas principais atividades em 2008 na Tabela II, com PO em mil trabalhadores, VP *per capita* em reais por habitante, Indicador de Padrão Tecnológico Médio (IPTM) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010), correspondente à razão entre PO e VP, em trabalhadores por milhão de reais; e a variação anual média do PO e do VA *per capita* corrigido pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em percentuais ao ano, no período 1996-2008. Os indicadores considerados para os setores industrial e de serviços constam nas Tabelas 3 e 4, que têm estrutura similar à Tabela 2, mas com dados referentes aos períodos 1996-2007 e 2002-2007.

Em termos de VP, as principais atividades agropecuárias do Nordeste seriam o cultivo de grãos – milho, feijão e café –, soja e cana-de-açúcar, com expansão da primeira, expansão vigorosa da segunda e retração da terceira. Em termos de emprego, o desempenho do setor na região foi menos favorável, dada a baixa utilização de mão-de-obra no cultivo de soja e a sua retração ocorrida no cultivo da mandioca. Contudo, as lavouras de grãos, de cana-de-açúcar e a produção de leite sustentaram seus níveis de emprego ao longo do período, o que, considerando seus potenciais de encadeamento, pode-se considerar resultados benéficos para o bem-estar regional.

No Ceará, a produção de grãos – milho e feijão – predomina tanto em termos de valor quanto de emprego. O desempenho dessa atividade no estado foi de expansão de seu valor, com retração em seus níveis de emprego, em função de aumentos de produtividade com destruição de postos de trabalho. Em Pernambuco, a cana-de-açúcar continua a predominar, em termos de valor da produção, apesar do processo de retração nos últimos anos. Em relação ao emprego, a cana-de-açúcar divide a importância no setor com a cultura de grãos, tendo a primeira gerado e a segunda destruído ocupações. Na Bahia, em valor da produção, destaca-se o cultivo de grãos – feijão, milho e café –, soja e algodão, todos apresentando crescimento substancial no período, em particular as duas últimas. As atividades mais importantes em número de ocupados são o cultivo de grãos, de mandioca e a produção de leite, todas sem alterações significativas em relação ao início do período.

Apesar do desempenho pouco expansivo em termos mais agregados, deve-se reconhecer a importância do setor agropecuário, sobretudo para elevações dos níveis de bem-estar social. Em termos de agronegócio, vale destacar a produção de grãos nos cerrados da Bahia, Maranhão e Piauí, bem como a fruticultura irrigada do São Francisco e Rio Grande do Norte, ambas em grande expansão desde o início dos anos 1990. Ainda mais importante, do ponto de vista social, seria a agricultura familiar, que, no Semiárido, é a maior geradora de empregos rurais: 58% do pessoal ocupado na agricultura em todo o Nordeste. (ONU, 2000). A agricultura familiar representaria um dos investimentos mais baratos para gerar ocupações. Adicionalmente, estudos realizados pela Universidade Federal de Lavras (MG) indicam que a ocupação gerada pela agricultura familiar é bastante estável – para uma redução de 50% das rendas monetárias agrícolas, a ocupação em propriedades familiares se retrai menos de 5%. (ALENCAR JÚNIOR; ALVES, 2006).

No setor industrial da região, o dinamismo foi maior tanto em termos de valor adicionado quanto de geração de emprego. As principais atividades, em valor adicionado, foram o refino de petróleo, que apresentou crescimento intenso, produtos alimentícios, químicos e construção civil, que apresentaram crescimento mais

moderado. Destacaram-se em termos de crescimento do VTI, além do refino de petróleo, a sua extração e as indústrias de calçados e produtos de metal. Em população ocupada, as principais atividades, indústria alimentícia, construção civil, calçados e confecções, exibiram substancial crescimento. Vale observar que, dos quatro setores mais importantes em valor adicionado e em emprego, apenas alimentos e construção civil têm ambas as características. Refino de petróleo e indústria química mantêm baixos níveis de emprego, enquanto calçados e confecções, baixo valor adicionado.

Entre os principais estados, podem-se observar grandes divergências na estrutura industrial, em particular em termos de emprego e valor adicionado. No Ceará, as quatro maiores atividades industriais em valor adicionado coincidem com as quatro maiores em nível de emprego – alimentos, calçados, construção e confecções. Apenas a de alimentos apresenta estagnação do pessoal ocupado e do valor adicionado; as demais exibiram crescimento em ambos os fatores. Em Pernambuco, as atividades industriais de maiores valores adicionados foram alimentos, construção e química, com retração da primeira e expansão das demais. Em termos de níveis de emprego, apenas alimentos e construção apresentaram maior relevância, com ambas em processo de expansão. Na Bahia, as de maior valor agregado foram refino de petróleo e química, destacando-se o intenso crescimento da primeira, mas com nenhuma delas mantendo nível de emprego elevado. Em seguida, destacaram-se construção e alimentos, que foram ainda as maiores em termos de emprego, que, juntas com a indústria de calçados, geraram significativo volume de emprego no período.

O setor de serviços possui estrutura similar nos três principais estados e na região, com o comércio se destacando, em dimensão e em desempenho, tanto em termos de valor adicionado quanto de emprego. Estímulos de demanda, vindos do crescimento de outras atividades e de políticas de transferência, assistenciais e previdenciárias, assim como do aumento do salário mínimo, condicionaram o acelerado crescimento do valor adicionado e do emprego do comércio da região. Em seguida, os serviços às

empresas seguem a mesma linha de forte expansão de valor adicionado e de emprego, em função da expansão do processo de terceirização de mão-de-obra, também presente na região. Em valor adicionado, destacam-se também os serviços de informação, enquanto, em pessoal ocupado, chamam atenção os serviços de alojamento e alimentação, em particular, a seu intenso crescimento no Ceará, em que o principal estímulo de demanda vem do turismo.

Embora atividades dos três setores tenham sido consideradas, evidências empíricas sobre a importância específica da indústria para o crescimento da economia podem ser observadas entre os estados do Nordeste. Nesse sentido, a indústria permaneceria com grande potencial de encadeamento na região, mesmo com a crescente importância dos estímulos originados no setor de serviços. Em Lima (2006), os efeitos de encadeamento da indústria de transformação sobre o PIB são analisados para os estados nordestinos. A partir de dados das Contas Regionais elaborados pela Sudene, o autor mostra que, nos anos 90, pode ser observada uma relação positiva entre os desempenhos da indústria de transformação e do PIB.

Com base em dados das Contas Regionais elaboradas pelo IBGE, análise similar é efetuada. A Tabela 1 apresenta as taxas médias anuais de crescimento dos volumes da Indústria de Transformação (IT) e do PIB a preços de mercado dos estados do Nordeste para o período 1985/2007, ordenadas pelo primeiro. Classificando-se os estados em dois grupos, pode-se observar que, no grupo dos quatro maiores ritmos de crescimento da IT, apenas a Paraíba não apresentou também ritmo de crescimento do PIB entre os quatro maiores no mesmo período. No mesmo sentido, no grupo das cinco menores taxas de crescimento da IT, apenas a Paraíba não apresentou taxa de crescimento do PIB entre as cinco menores ocorridas. Ordenando os estados pelas taxas de crescimento da IT e do PIB, apenas Paraíba, Maranhão e Ceará não apresentam classificação coincidente. Tais resultados indicam uma relação positiva entre indústria de transformação e PIB entre os estados do Nordeste.

**Tabela 1 – Contas Regionais do Nordeste – Taxas de Crescimento de Volumes 1985/2007**

ESTADOS	IND. TRANSFORMAÇÃO		PIB PREÇOS DE MERCADO	
		tx md anual		tx md anual
Paraíba	1°	5,8%	6°	3,0%
Rio Grande do Norte	2°	4,6%	2°	3,5%
Piauí	3°	4,3%	3°	3,4%
Maranhão	4°	3,8%	1°	4,1%
Sergipe	5°	3,2%	5°	3,1%
Ceará	6°	2,8%	4°	3,2%
Bahia	7°	2,3%	7°	2,5%
Alagoas	8°	2,1%	8°	2,3%
Pernambuco	9°	0,0%	9°	2,2%

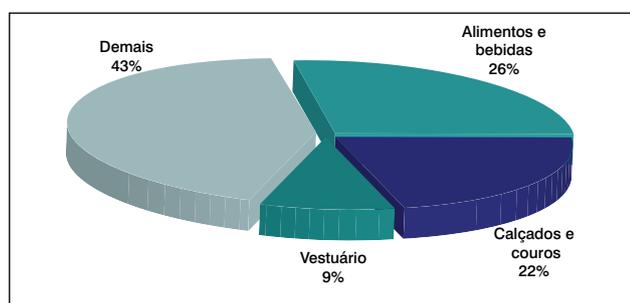
Fonte: IBGE (2010a).

Para os principais estados da região, avaliou-se a estrutura setorial em maior detalhe, sendo bastante ilustrativa a comparação dos processos de desenvolvimento daqueles estados nas duas últimas décadas. Como apresentado, as economias cearense e pernambucana são mais intensivas em trabalho que a economia baiana. Tais diferenças são enfatizadas nos Gráficos de 1 a 6. Nos Gráficos 1 e 2, mostram-se as participações das maiores atividades industriais do Ceará em VTI e em PO, que são coincidentes nesses critérios, em função de uma estrutura mais intensiva em trabalho. Vale destacar a atividade vestuário, que, com 9% do VTI, gerou 21% da PO.

Os Gráficos 3 e 4, referentes à indústria de Pernambuco, mostram a indústria alimentícia como a mais importante em ambos os critérios; a indústria química com importante participação no VTI, mas não

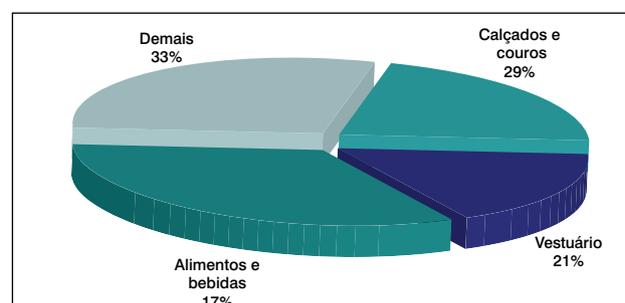
figurando entre as principais geradoras de emprego; e a de vestuário em posição contrária, pouco relevante em termos de VTI, mas a segunda maior em PO. Os Gráficos 5 e 6, da indústria da Bahia, mostram a predominância do refino de petróleo no VTI do estado e sua pouca relevância em termos de PO; a indústria química, bem mais importante no primeiro, 18% contra 8%; enquanto a indústria alimentícia, com 7% de participação no VTI, é a principal atividade em geração de PO, ao lado da indústria calçadista.

Nessas circunstâncias, a evolução dos resultados finais pode ser visualizada nos Gráficos 7 e 8. Em termos econômicos, pode-se observar, no período 1985/1995, uma gradual aproximação do PIB *per capita* cearense ao pernambucano e baiano, consistente com os resultados da Tabela I, onde, para o período 1985/2007, a renda real cearense



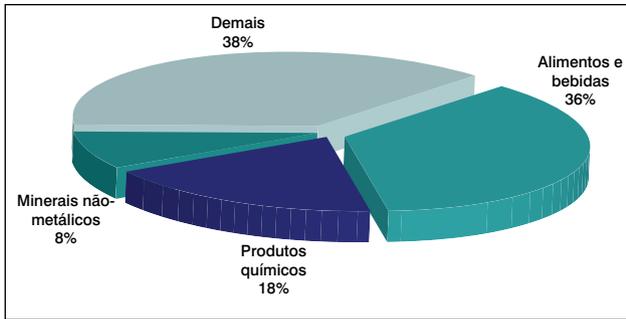
**Gráfico 1 – Ceará – Indústria Geral – Participação Valor Adicionado 2007**

Fonte: IBGE (2010e)



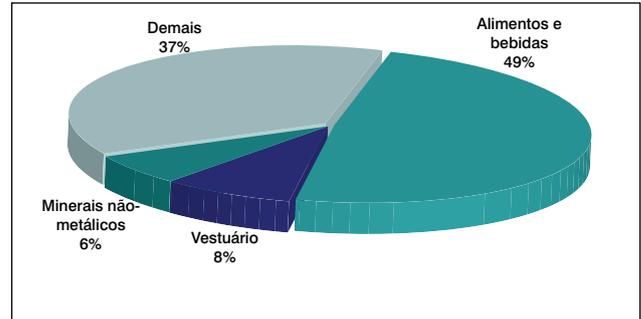
**Gráfico 2 – Ceará – Indústria Geral – Participação Pessoal Ocupado**

Fonte: IBGE (2010e).



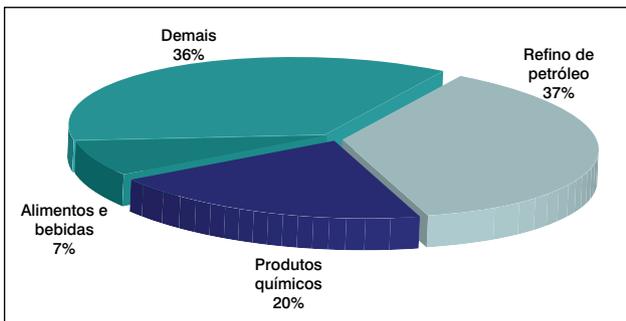
**Gráfico 3 – Pernambuco – Indústria Geral – Participação Valor Adicionado 2007**

Fonte: IBGE (2010e).



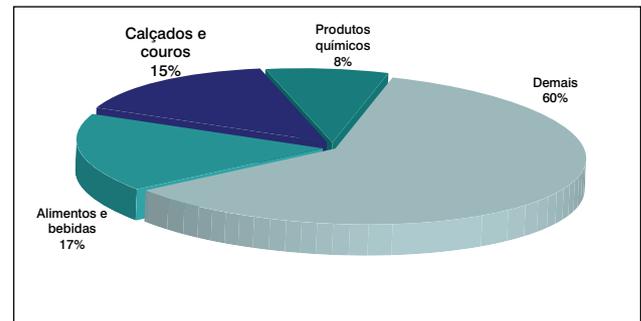
**Gráfico 4 – Pernambuco – Indústria Geral – Participação Pessoal Ocupado 2007**

Fonte: IBGE (2010e).



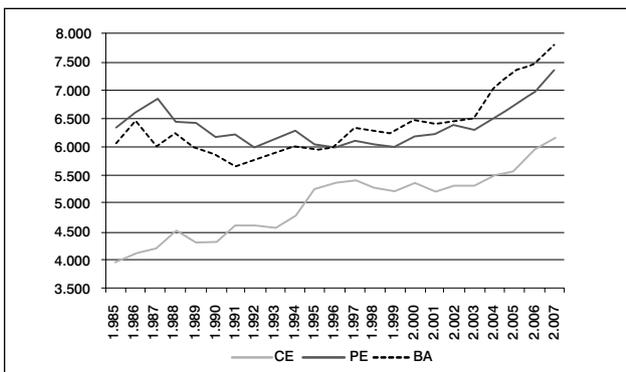
**Gráfico 5 – Bahia – Indústria Geral – Participação Valor Adicionado 2007**

Fonte: IBGE (2010e).



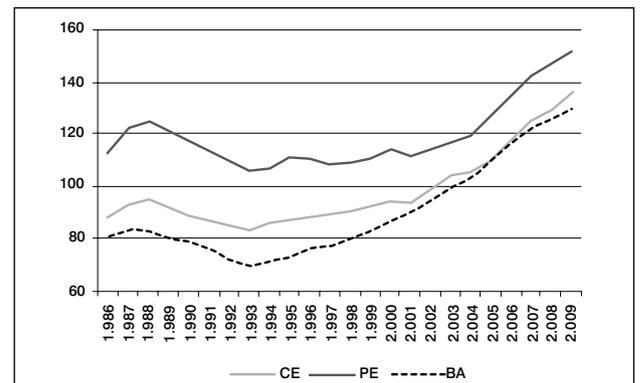
**Gráfico 6 – Bahia – Indústria Geral – Participação Pessoal Ocupado 2007**

Fonte: IBGE (2010e).



**Gráfico 7 – PIB Per Capita em R\$ de 2007**

Fonte: IBGE (2010a).



**Gráfico 8 – Nível de Emprego Formal por 1000 Habitantes**

Fonte: IBGE (2010a).

expandiu-se à taxa média de 3,2%a.a., enquanto as rendas pernambucana e baiana expandiram-se a 2,2%a.a. e 2,3%a.a. Maiores níveis, ou mesmo maiores taxas de crescimento, da produtividade total dos fatores empregados, ainda que desejáveis

e favoráveis ao crescimento, não garantem melhor desempenho nem mesmo nos termos estritamente econômicos de crescimento do PIB *per capita*. Em economias com desemprego estrutural, nada impede que os volumes de investimentos sejam maiores

em locais e/ou atividades tecnologicamente menos desenvolvidas, inclusive incorporando recursos antes não-empregados.

Do ponto de vista social, vale mencionar que, com uma proporção de pobres em torno de 8p.p. superior à média da dos outros dois estados na década de 1980, de acordo com indicadores de pobreza de estados do Nordeste disponibilizados no Ipeadata (IPEA, 2010), o Ceará suprimiu essa diferença, que deixou de ser observada no período posterior, mesmo com uma renda *per capita* em torno de 80% da média entre Bahia e Pernambuco. No mesmo sentido, pode-se observar o nível de emprego formal nos três estados, com a Bahia abaixo dos demais, ainda que um pouco superior ao Ceará em 2005/2006, mesmo com PIB *per capita* superior ao do Ceará, em todo o período, e ao de Pernambuco, desde 1996. Tal melhoria social relativa pode ter sido decorrente de níveis maiores de investimentos em setores mais intensivos em mão-de-obra, os quais possuem maior potencial de geração de emprego, inclusive por seus efeitos em outras atividades intensivas em mão-de-obra e na expansão do mercado interno, que ganharia escala para atrair outros investimentos.

## 4 – CONCLUSÕES

Para o Nordeste, as maiores atividades, em termos de valor adicionado *per capita*, foram o comércio, os derivados de petróleo e produção de álcool, a fabricação de alimentos e bebidas, os serviços prestados às empresas, a fabricação de produtos químicos, os serviços de informação e a construção civil. Em crescimento real, destacam-se os derivados de petróleo e produção de álcool, os serviços prestados às empresas e o comércio, este, possivelmente, impulsionado pelos programas assistenciais e previdenciários do governo federal e pelo aumento do salário mínimo. Em termos de pessoal ocupado, as principais atividades não coincidem com as de derivados de petróleo e produção de álcool, produtos químicos e serviços de informação, dentre as de maior valor adicionado. Assim, o quadro setorial geral é de que o comércio e a terceirização, ao lado da construção civil e de atividades industriais mais tradicionais, das quais se destacariam alimentos e

bebidas, calçados e couros e vestuário, seriam os principais geradores de empregos na região.

Dentre os resultados e conclusões obtidos, vale destacar: (i) o estado desenvolvimentista não se tornou inviável, o seu abandono foi uma questão de opção política; (ii) mesmo assim, as políticas de desenvolvimento regional continuaram após os anos 1980, embora em programas de incentivos a arranjos produtivos locais, que seriam menos dispendiosos, em nível subnacional e em estímulos de demanda; (iii) os crescimentos das transferências governamentais e do salário mínimo vêm gerando ampliações de mercados e de escalas produtivas, favorecendo a produção dos bens demandados na própria região, que, sendo predominantemente intensivos em trabalho, promovem um círculo virtuoso em termos de bem-estar; (iv) o crescimento econômico nem sempre gera elevações satisfatórias de bem-estar social, as quais seriam impulsionadas por estratégias que envolvam mais investimentos em setores mais intensivos em mão-de-obra, que possuem maior potencial de geração de emprego direto e de efeitos em outras atividades intensivas em mão-de-obra e na expansão do mercado interno, formando escala para atrair outros investimentos.

Como conclusão geral, vale enfatizar que, embora o Nordeste mantenha incidência de pobreza muito acima da prevalecente no Centro-Sul, sobretudo em função de uma herança histórica de escravidão e concentração de propriedade, longe de ser superada até agora pelas políticas regionais, estratégias mais focadas em atividades mais intensivas em trabalho favoreceram elevações de bem-estar sem dificultar o crescimento econômico na região. Tais relações são bem representadas pelo desenvolvimento dos Estados do Ceará e da Bahia nas últimas décadas, o primeiro diferenciado por sua produção de calçados e vestuário, atividades de intensidade de trabalho relativamente alta, e o segundo por um polo petroquímico bastante intensivo em capital. O Ceará apresentou melhor desempenho que a Bahia tanto em termos econômicos quanto sociais.

É fundamental ponderar se essa estratégia de atuação pouco dispendiosa do governo federal no Brasil será suficiente para promover elevações

satisfatórias e permanentes de bem-estar social no Nordeste nos próximos anos. E este momento é crucial, em que temos uma carga tributária elevada, que, até antes da crise financeira mundial, vinha sendo utilizada para financiar as vultosas despesas financeiras decorrentes de altos níveis de taxas de juros, os quais foram bastante atenuados durante a crise. Tal conjuntura deverá gerar uma folga de recursos públicos a partir de 2010, que pode vir a ser uma oportunidade para o retorno de políticas mais arrojadas de desenvolvimento regional.

## AGRADECIMENTOS

O autor agradece as contribuições dos membros do Núcleo Regional de Pesquisa Econômica do Banco Central do Brasil (BCB) no Recife, Fábio José Ferreira da Silva, Leandro Siani Pires e Pedro Arraes de Alencar, sem responsabilizá-los por erros e omissões remanescentes

## ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the development policies in the Northeast of Brazil since the formation of its current productive structure, and its employment generation effects in the region. Based on a survey of the literature on the policies applied in the region, it identifies three phases with distinct features, while its results are analyzed based on indicators obtained from several researches, mostly conducted by IBGE. The results indicate that the industry maintains its importance to propel economic growth and that, unlike the service sector, has heterogeneous structure enough between the states. In particular, among the three largest states, Ceará and Pernambuco's structures are more intense than in Bahia, where a petrochemical complex is located. In these circumstances, the performance of Ceará is illustrative, both for its approximation, in economic and social terms, to the other two states, in the 90s, and for maintenance of gains in the current century.

## KEY WORDS

Northeast of Brazil. Development policies. Structure. Employment..

## REFERÊNCIAS

- ABU-EL-HAJ, J. **A mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará**. São Paulo: Annablume, 1999.
- ALENCAR JÚNIOR, J. S.; ALVES, C. O. O subespaço Semi-Árido no contexto de uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste. In: BERNAL, C. (Org.). **A economia do Nordeste na fase contemporânea**. Fortaleza: UFC, 2006.
- ARBIX, G. Políticas do desperdício e assimetria entre público e privado na indústria automobilística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 109-129, 2002.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Convergência da produção industrial entre regiões. **Boletim Regional**, v. 3, n. 3, 2009. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?BOLREG> >. Acesso em: 2010.
- BHADURI, A. **Desenvolvimento com dignidade: a busca do pleno emprego**. Brasília, DF: Thesaurus, 2006.
- BRASIL. Ministério do Interior. **O sistema Finor: resultados e sugestões de aperfeiçoamento**. Fortaleza: BNB, 1986.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais: RAIS**. Disponível em: < <http://www.mte.gov.br/> >. Acesso em: jun. 2010.
- BRASIL. Presidência da República. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro, 1959.
- CARDOSO, G. C. C. **A atuação do Estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. Natal: Editora da UFRN, 2008.
- COLEMAN, J. **The foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- FINE, B. The developmental state is dead:

long live social capital?. **Development and Change**, v. 30, p. 1-19, 1999.

IBGE. **Contas regionais do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa anual de comércio**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010b.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa anual da indústria da construção**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010c.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa anual de serviços**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010d.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa industrial anual – empresa**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010e.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010f.

\_\_\_\_\_. **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010g.

\_\_\_\_\_. **Produção da pecuária municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010h.

IPEA. **IPEADATA**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: jun. 2010.

LIMA, J. P. R.; SICSÚ, A. B.; PADILHA, M. F. F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 4, p. 525-541, 2007.

LIMA, J. P. R. Traços gerais do desenvolvimento recente da economia do Nordeste. In: BERNAL, C. (Org.). **A economia do Nordeste na fase contemporânea**. Fortaleza: UFC, 2006.

ONU. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF, 2000.

ROCHA, A. G. T.; AMARAL FILHO, J.; MELO, M. A. C. As políticas de incentivos fiscais dos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco: algumas evidências institucionais. In: BERNAL, C. (Org.). **A economia do Nordeste na fase contemporânea**. Fortaleza: UFC, 2006.

UDERMAN, S. O Estado e a formulação de políticas de desenvolvimento regional **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 232-250, 2008.

---

Recebido para publicação em 04.12.2009

## APÊNDICE

**Tabela 1A – Indicadores das Principais Atividades Agropecuárias – 2008**

ATIVIDADES		PO (1000 trab)	VP per capita (R\$/hab)	IPTM (trab/ R\$milh)	ΔPO 1996/2008 (%) a.a.	ΔVPpc 1996/2008 (%) a.a. <sup>1/</sup>
<b>NORDESTE</b>						
1	Algodão	10	25	417	-9	20
2	Cana-de-açúcar	299	65	4611	0	-2
3	Mandioca	313	32	9940	-4	-2
4	Soja (em grão)	18	65	283	-	14
5	Banana	68	26	2636	1	4
6	Grãos (milho, feijão e café)	956	78	12273	0	3
7	Leite	236	48	4880	0	-1
<b>CEARÁ</b>						
1	Grãos (feijão e milho)	233	92	2529	-1	4
2	Leite	14	39	369	-3	-4
3	Ovos de galinha	5	30	177	4	0
<b>PERNAMBUCO</b>						
1	Cana-de-açúcar	143	98	1462	3	-3
2	Grãos (feijão e milho)	137	31	4388	-1	-3
3	Uva	8	31	246	-	6
4	Manga		38		-	21
5	Leite	18	58	311	-4	1
6	Ovos de galinha	6	30	190	9	0
<b>BAHIA</b>						
1	Algodão	9	83	115	-5	26
2	Cana-de-açúcar	25	32	786	2	-4
3	Mandioca	140	39	3549	0	-7
4	Soja (em grão)	5	131	40	-	11
5	Grãos (feijão, milho e café)	272	134	2026	0	5
6	Banana	12	49	240	10	8
7	Cacau	63	37	1683	-5	-3
8	Mamão		30		-	3
9	Leite	101	52	1954	0	0

Fontes: IBGE (2010g); IBGE (2010h); IBGE (2010f) e IBGE (2010a).

1/ Variação anual média dos valores produzidos per capita, corrigidos pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI)/ Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Tabela 2A – Indicadores das Principais Atividades Industriais – 2007

continua

ATIVIDADES		PO (1000 trab)	VTI per capita <sup>1</sup> (R\$/hab)	IPTM (trab/ R\$milh)	ΔPO 1996/2007 (%) a.a.	ΔVTIpc 1996/2007 (%) a.a. <sup>2</sup>
<b>NORDESTE</b>						
1	Extração de petróleo e serviços relacionados	13	67	4	3	8
2	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	291	197	29	5	1
3	Fabricação de produtos têxteis	54	30	35	1	-5
4	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	95	26	69	7	3
5	Prep. e fabr. artefatos de couro, art. viagem e calçados	108	60	35	15	9
6	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	15	30	10	6	5
7	Fabr.coque, ref.petróleo, comb. nucleares e prod.álcool	27	225	2	-2	15
8	Fabricação de produtos químicos	38	161	5	3	1
9	Fabricação de artigos de borracha e plástico	29	29	20	7	6
10	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	54	42	25	4	2
11	Metalurgia básica	15	64	5	4	4
12	Fabr. produtos de metal - exceto máq. e equipamentos	27	22	24	8	9
13	Fabricação de máquinas e equipamentos	23	20	22	7	1
14	Fabr./mont. veículos automotores, reboque, carrocerias	13	35	7	14	34
15	Construção civil	257	142	35	7	2
<b>CEARÁ</b>						
1	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	35	216	20	1	0
2	Fabricação de produtos têxteis	16	64	30	0	-8
3	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	42	73	71	8	2
4	Prep. e fabr. artefatos de couro, art. viagem e calçados	57	187	37	16	8
5	Fabr.coque, ref.petróleo, comb.nucleares e prod. álcool	0	69	1	4	16
6	Fabricação de produtos químicos	6	44	16	5	2
7	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	8	32	30	2	0
8	Metalurgia básica	2	26	9	13	13
9	Fabricação de máquinas e equipamentos	5	30	21	5	0
10	Construção civil	42	151	34	8	4
<b>PERNAMBUCO</b>						
1	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	89	306	34	5	-1
2	Fabricação de produtos têxteis	7	20	40	-2	-2
3	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4	21	24	5	-1
4	Edição, impressão e reprodução de gravações	5	26	23	2	-4
5	Fabricação de produtos químicos	9	151	7	2	3
6	Fabricação de artigos de borracha e plástico	6	37	20	4	6
7	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	11	62	22	1	1
8	Metalurgia básica	3	55	6	2	0
9	Fabr. produtos de metal - exceto máq. e equipamentos	5	27	23	5	4
10	Fabricação de máquinas e equipamentos	4	25	19	6	-2
11	Fabricação de máquinas, aparelhos e mat. elétricos	5	29	21	-1	-5
12	Construção civil	47	163	34	5	3

**Tabela 2A – Indicadores das Principais Atividades Industriais – 2007**

conclusão

ATIVIDADES		PO (1000 trab)	VTI per capita <sup>1</sup> (R\$/hab)	IPTM (trab/ R\$milh)	ΔPO 1996/2007 (%) a.a.	ΔVTIpc 1996/2007 (%) a.a. <sup>2</sup>
<b>BAHIA</b>						
1	Extração de petróleo e serviços relacionados	5	69	5	1	7
2	Extração de minerais metálicos	2	22	8	1	3
3	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	32	156	14	2	1
4	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	13	22	42	8	9
5	Prep. e fabr. artefatos de couro, art. viagem e calçados	30	58	36	33	30
6	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	5	84	4	4	7
7	Fabr.coque, ref.petróleo, comb.nucleares e prod. álcool	3	763	0	-3	22
8	Fabricação de produtos químicos	14	408	3	1	1
9	Fabricação de artigos de borracha e plástico	12	63	13	10	9
10	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	12	22	39	5	1
11	Metalurgia básica	6	80	5	3	2
12	Fabr. produtos de metal - exceto máq. e equipamentos	7	31	16	10	12
13	Fabricação de máquinas e equipamentos	9	26	24	7	2
14	Fabr. máq. para escritório e equip. de informática	3	61	3	22	30
15	Fabricação de máquinas, aparelhos e mat. elétricos	5	29	13	15	7
16	Fabr./mont. veículos automotores, reboque, carrocerias	7	111	4	8	5
17	Construção civil	75	176	30	10	3

Fontes: IBGE (2010e); IBGE (2010c) e IBGE (2010a).

1/ Para construção civil, valor adicionado per capita.

2/ Variação anual média dos valores da transformação industrial per capita, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.

**Tabela 3A – Indicadores das Principais Atividades de Serviços – 2007**

ATIVIDADES		PO (1000 trab)	VA per capita <sup>1/</sup> (R\$/hab)	IPTM (trab/ R\$milh)	ΔPO 2002/2007 (%) a.a.	ΔVApc 2002/2007 (%) a.a. <sup>2/</sup>
<b>NORDESTE</b>						
23	Comércio	1362	659	40	9	11
24	Serviços de alojamento e alimentação	214	53	78	0	5
25	Serv. informação (Telecom., informática, comunicações)	48	146	6	3	1
26	Serv. às empresas (técnicos, segurança, limpeza, temp.)	422	180	46	7	11
27	Transporte rodoviário	156	78	39	3	4
28	Transporte ferroviário, metroviário, aquaviário e aéreo	12	22	11	11	11
29	Agências de viagens e serv. auxiliares aos transportes	40	29	26	6	8
30	Ativ. imobiliárias e de aluguel bens móveis e imóveis	40	31	25	5	8
31	Serv. à agric. e financ. repr. comercial e limp. urbana	72	43	32	5	10
<b>CEARÁ</b>						
14	Comércio	206	587	43	10	10
15	Serviços de alojamento e alimentação	40	48	101	6	7
16	Serv. informação (Telecom., informática, comunicações)	7	139	7	3	1
17	Serv. às empresas (técnicos, segurança, limpeza, temp.)	72	158	56	6	4
18	Transporte rodoviário	20	70	35	-1	3
19	Transporte ferroviário, metroviário, aquaviário e aéreo	2	28	10	18	15
20	Agências de viagens e serv. auxiliares aos transportes	6	26	27	6	8
21	Ativ. imobiliárias e de aluguel bens móveis e imóveis	6	31	24	1	9
22	Serv. à agric. e financ., repr. comercial e limp. urbana	9	35	31	-1	0
<b>PERNAMBUCO</b>						
18	Comércio	240	785	36	9	11
19	Serviços de alojamento e alimentação	42	61	80	-4	0
20	Serv. informação (Telecom., informática, comunicações)	14	170	9	4	-3
21	Serv às empresas (técnicos, segurança, limpeza, temp.)	107	233	54	7	8
22	Transporte rodoviário	31	99	37	2	6
23	Transporte ferroviário, metroviário, aquaviário e aéreo	3	24	14	8	10
24	Agências de viagens e serv. auxiliares aos transportes	8	40	23	8	10
25	Ativ. imobiliárias e de aluguel bens móveis e imóveis	8	42	24	-2	3
26	Serv. à agric. e financ., repr. comercial e limp. urbana	12	39	38	1	4
<b>BAHIA</b>						
28	Comércio	427	786	39	10	11
29	Serviços de alojamento e alimentação	68	78	62	-1	5
30	Serv. informação (Telecom., informática, comunicações)	13	161	6	1	1
31	Serv. às empresas (técnicos, segurança, limpeza, temp.)	138	284	34	7	17
32	Transporte rodoviário	58	116	35	5	5
33	Transporte ferroviário, metroviário, aquaviário e aéreo	3	29	8	6	11
34	Agências de viagens e serv. auxiliares aos transportes	17	44	27	8	7
35	Ativ. imobiliárias e de aluguel bens móveis e imóveis	14	39	25	8	5
36	Serv. à agric. e financ., repr. comercial e limp. urbana	23	63	26	7	13

**Fontes:** Pesquisa Anual de Comércio (2010b), IBGE (2010d) e IBGE (2010a).

1/ Para o comércio, margem de comercialização; para as demais atividades de serviço, sem dados disponíveis no sítio do IBGE, dados estimados assumindo-se as mesmas proporções entre valor adicionado e receita bruta de serviços do Brasil.

2/ Variação anual média dos valores adicionados *per capita*, corrigidos pelo IGP-DI/FGV.